### DECRETO N°. 85, DE 08 DE OUTUBRO DE 2025

"Estabelece critérios e diretrizes para aplicação das novas regras de cálculo do IPTU, TCRS e CIP".

O Prefeito Municipal de Francisco Badaró/MG, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 68, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e com fundamento no Código Tributário Municipal – CTM (Lei Complementar Municipal nº 1.190, de 21 de maio de 2024);

**CONSIDERANDO** a necessidade de preencher as lacunas deixadas pelo legislador na aprovação da Lei Complementar Municipal nº 1.190, de 21 de maio de 2024:

CONSIDERANDO a entrada em vigor do Novo Código Tributário Municipal - CTM a partir de 1º de janeiro de 2025;

**CONSIDERANDO** a primeira aplicação das novas regras aplicáveis ao IPTU, à TCRS e à CIP;

**CONSIDERANDO** a necessidade de regulamentar as especificidades do Cálculo do IPTU e da TCRS;

### **DECRETA:**

### DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU

**Art. 1º.** Em consonância com art. 50 do Código Tributário Municipal – CTM (Lei Complementar Municipal nº 1.190, de 21 de maio de 2024), considerase ocorrido o fato gerado do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU em 1º de janeiro do exercício financeiro corrente.



Gabinete do Prefeito

- **Art. 2º.** Para fins de cálculo do IPTU, nos termos do art. 59 do CTM, os Fatores de Correção da Edificação e do Terreno de que tratam, respectivamente, os Anexos II-B e III-A do CTM serão aplicados:
  - I a requerimento do contribuinte, a qualquer tempo; e
- II pelo Fisco Municipal, por ocasião da aprovação dos projetos e processos de parcelamento do solo e de construção.
- § 1°. Para o caso previsto no inciso I do caput deverão ser apresentados a Ficha Cadastral Imobiliária, os documentos obrigatórios previstos no Decreto Municipal nº 84, de 08 de outubro de 2025 e, se for o caso, os documentos previstos nos arts. 9° e 10 do Código de Obras do Município (LCM 1.207/2025).
- § 2°. Nos termos do inciso II do caput, a indicação dos fatores de correção do terreno ocorrerá:
- I para novos loteamentos ou desmembramentos, nos termos da Lei Federal 6.766, de 19 de dezembro de 1979, quando da individualização dos lotes; e
- II para lotes preexistentes, antes da concessão do alvará de construção.
- § 3°. Nos termos do inciso II do caput, a indicação dos fatores de correção da edificação ocorrerá antes da concessão do alvará de "habite-se".
- **Art. 3º.** Para fins de cálculo do IPTU dos imóveis sem indicação dos fatores de correção de que trata o art. 2º, as expressões "(SFCE/100)" e "(SFCT/100)" de que tratam, respectivamente, os Anexos II-C e III-B do CTM serão substituídas pelo algarismo "1" (um) nas fórmulas de cálculo correspondentes.
- **Art. 4º.** Para fins de cálculo do IPTU, nos termos do art. 61 do CTM, os Fatores para Classificação de Casas de que tratam o Anexo II-A serão aplicados:
  - I a requerimento do contribuinte, a qualquer tempo; e
- II pelo Fisco Municipal, por ocasião da entrada em vigor da Lei Complementar Municipal nº 1.190, de 21 de maio de 2024, e primeira aplicação



das novas regras de cálculo.

§ 1°. Para o caso previsto no inciso I do caput deverão ser apresentados a Ficha Cadastral Imobiliária, os documentos obrigatórios previstos no Decreto Municipal n° 84, de 08 de outubro de 2025 e, se for o caso, os documentos previstos nos arts. 9° e 10 do Código de Obras do Município (LCM 1.207/2025)

§ 2°. Nos termos do inciso II do caput, a classificação de casas seguirá o seguinte:

I - Casa Padrão Baixo: até 90 m2;

II - Casa Padrão Médio: de 90,01 m2 a 180 m2; e

III - Casa Padrão Alto: acima de 180 m2.

**Art. 5°.** O Fisco Municipal fica autorizado a aplicar nos exercícios de 2025 a 2028 os percentuais de redução de que trata o art. 353 do CTM.

## DA TAXA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS - TCRS

**Art. 6°.** Os dados para aplicação da fórmula de cálculo de que trata o art. 153 do CTM serão apurados, em relatório consubstanciado, pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com assistência da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, se for o caso.

§ 1°. O relatório de que trata o caput, com as respectivas memórias de cálculo, deverá ser assinado por servidor responsável pela apuração e pelo Secretário da pasta.

§ 2°. O número de economias existentes no imóvel (ECO) de que trata o art. 153, § 1°, inciso III, do CTM coincidirá com o número de imóveis tributáveis pela Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos - TCRS na data assinatura do relatório consubstanciado.

**Art. 7°.** Fica concedido o incentivo fiscal de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da TCRS apurada para o exercício financeiro de 2025, nos termos do § 3° do art. 152 do CTM.

**Parágrafo único.** Para os próximos exercícios financeiros o incentivo fiscal de que trata o caput será definido conjuntamente à regulamentação do Calendário Tributário Municipal.

# DA CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – CIP

Art. 8°. A Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP incidente sobre imóveis não edificados será calculada e cobrada na forma dos §§ 1° e 2° do art. 212 do Código Tributário Municipal – CTM (Lei Complementar Municipal n° 1.190, de 21 de maio de 2024).

## **DISPOSIÇÕES GERAIS**

- **Art. 9°.** Nos termos do art. 70 do Código Tributário Municipal CTM (Lei Complementar Municipal n° 1.190, de 21 de maio de 2024):
- I O Imposto Predial e Territorial Urbano IPTU e demais tributos autorizados a serem cobrados na mesma guia serão lançados e cobrados no prazo e forma estabelecidos pelo Calendário Tributário Municipal vigente para o exercício financeiro corrente (ano do lançamento).
- **II -** Fica autorizada a postagem da Guia de Cobrança do IPTU, através da correspondência oficial, observados o sigilo fiscal e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.
- III Fica autorizada a entrega direta da Guia de Cobrança do IPTU para os contribuintes que comparecerem presencialmente ao Departamento de Tributação, Arrecadação, Fiscalização e Cadastros.
- § 1°. A data de vencimento definida no Calendário Tributário Municipal para o IPTU e demais tributos autorizados a serem cobrados na mesma guia é aplicável inclusive no caso do lançamento de crédito tributário realizado em exercícios posteriores.
- § 2°. A entrega prevista no inciso III do caput será realizada ao titular, representante legal ou procurador investido de poderes.



Gabinete do Prefeito

§ 3°. Fica autorizada a disponibilização da consulta do Documento de Arrecadação Municipal do IPTU no Portal de Serviços da Prefeitura Municipal de Francisco Badaró-MG.

**Art. 10.** Caberá ao Chefe do Departamento Municipal de Tributação, Arrecadação, Fiscalização e Cadastros recensear os sujeitos passivos para os quais não tenha sido possível realizar a entrega da guia do IPTU.

**§ único.** Para os casos previstos no caput, o Secretário Municipal de Administração e Finanças fará a notificação do lançamento nos termos dos arts. 249 e 250 do CTM.

- **Art. 11.** O Fisco Municipal procederá o recálculo do IPTU, da TCRS e da CIP por iniciativa própria, nos termos do art. 251 do CTM, ou por iniciativa do sujeito passivo, na forma da Ficha Cadastral Imobiliária prevista no Anexo Único deste decreto.
- § 1°. Para fins de validade do requerimento de que trata o Anexo Único, devem ser anexados a ficha, devidamente preenchida, os documentos previstos no Decreto Municipal n° 84, de 08 de outubro de 2025.
- § 2°. Os contribuintes que desejarem contestar o lançamento da CIP cobrada junto à Guia do IPTU, devido à cobrança já ocorrer na conta de consumo de energia elétrica, deverão fazê-lo na forma do Anexo Único, sendo indispensável a apresentação do Ficha Cadastral Imobiliária e correspondente documentação obrigatória.
- § 3°. Instrução Normativa da Secretaria Municipal de Administração e Finanças poderá regulamentar a apresentação do Requerimento de que trata o Anexo Único.
- **Art. 12.** Nos termos do art. 320 do CTM, para fins de reclamação contra o lançamento do crédito tributário, fica instituída a Ficha Cadastral Imobiliária (Anexo Único).
- § 1°. Caberá ao Departamento Municipal de Tributação, Arrecadação, Fiscalização e Cadastros disponibilizar a ficha, inclusive em meio

digital, de forma a facilitar o acesso aos contribuintes.

- § 2°. Os pedidos de extinção ou revisão do crédito tributário poderão ser protocolados:
- I presencialmente, no Departamento Municipal de Tributação,
   Arrecadação, Fiscalização e Cadastros; ou
- II digitalmente, pelo e-mail tributacao@franciscobadaro.mg.gov.br
   ou pelo Portal de Serviços, quando disponível.
- § 3°. Fica autorizada a assinatura digital dos pedidos enviados digitalmente.
- **Art. 13.** Este decreto em vigor da data de sua publicação, com a revogação de quaisquer disposições contrárias.

Francisco Badaró (MG), 08 de outubro de 2025.

ANTÔNIO REGINALDO MARTINS MOREIRA
Prefeito Municipal

Este texto não substitui o publicado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Francisco Badaró/MG, na data de 08.10.2025.

### **ANEXO ÚNICO**

## DECRETO N°. 85, DE 08 DE OUTUBRO DE 2025

#### Formulário de Pedido de Extinção/Revisão do Crédito Tributário

1. Identificação do sujeito passivo:		
Nome ou razão social		CPF ou CNPJ
Endereço completo (rua, número, complemento)		Bairro ou Distrito
Município (UF)		CEP
E-mail		Telefone com DDD
2. Tributo que originou o ped	ido:	
		mero da Guia:
		nero da Guia:
Tributo 3:		nero da Guia:
Tributo 4:		nero da Guia:
Tributo 5:	Número da Guia:	
·		entante legal ou procurador);
Assumo inteira responsabilidade p	pela exatidão das inf	ormações.
Francisco Badaró/MG, de de		
Nome Completo:		
Nome Complete.		
(Assinatura; rubrica requer reconhecimento de firma ou autenticação pelo Departamento)		
5. Para preenchimento pela	Administração Tribut	ária:
№. do Protocolo:	Relação de documentos anexados que instruem o	
	presente pedido:	
		o e Contrato Social (pessoa jurídica) do sujeito passivo

Documentos exigidos por legislação municipal específica

Outros documentos

Documento de identidade e comprovante de endereço do titular, representante legal, sócio e procurador (quando aplicável)

Lançamento notificado

de forma diversa

□ Formulário de Pedido de Extinção/Revisão do Crédito Tributário – Demais Tributos

□ Comprovante de recolhimento em outra guia ou

<sup>\*</sup>Permitido relacionar apenas cinco guias por ficha.